

ENSINO COLABORATIVO NO APOIO À INCLUSÃO ESCOLAR DE ALUNOS COM DEFICIÊNCIA

COLLABORATIVE TEACHING IN SUPPORT OF THE SCHOOL INCLUSION OF STUDENTS WITH DISABILITIES

Autor¹ Rennan Alberto dos Santos Barroso,
rennan_barroso@hotmail.com

Resumo

O presente artigo tem como objetivo analisar a importância do ensino colaborativo como estratégia pedagógica para a efetivação da inclusão escolar de alunos com deficiência, com ênfase na educação de estudantes surdos na rede regular de ensino. A pesquisa caracteriza-se como qualitativa, de natureza bibliográfica e documental, fundamentada em autores que discutem a educação inclusiva, o trabalho colaborativo e o Plano Educacional Individualizado (PEI), além da análise de dispositivos legais como a Constituição Federal de 1988, a LDB nº 9.394/96 e a Lei nº 10.436/2002. Também foram consideradas observações empíricas do contexto escolar inclusivo. Os resultados evidenciam que o ensino colaborativo, desenvolvido por meio da parceria entre professor da sala comum e profissional da educação especial, especialmente o intérprete de Libras, amplia as possibilidades de acesso ao currículo, favorece a participação ativa do estudante e contribui para a aprendizagem significativa. Conclui-se que a inclusão escolar efetiva depende da construção de uma cultura colaborativa, da formação continuada dos profissionais, do planejamento compartilhado e do compromisso ético com uma educação de qualidade para todos, respeitando as singularidades e promovendo equidade no processo educativo.

Palavras-chave: Ensino colaborativo; Educação inclusiva; Alunos surdos; Plano Educacional Individualizado; Libras.

Abstract: This article aims to analyze the importance of collaborative teaching as a pedagogical strategy for the effective inclusion of students with disabilities, with emphasis on the education of deaf students in mainstream schools. The study is characterized as

qualitative research of a bibliographic and documentary nature, based on authors who discuss inclusive education, collaborative work, and the Individualized Educational Plan (IEP), as well as on the analysis of legal documents such as the 1988 Federal Constitution of Brazil, Law No. 9.394/96 (National Education Guidelines and Framework Law), and Law No. 10.436/2002, which recognizes Brazilian Sign Language (Libras). Empirical observations from inclusive school contexts were also considered. The findings indicate that collaborative teaching, developed through the partnership between the regular classroom teacher and the special education professional, particularly the Libras interpreter, expands access to the curriculum, encourages active student participation, and contributes to meaningful learning. It is concluded that effective school inclusion depends on the development of a collaborative culture, continuous professional training, shared planning, and an ethical commitment to quality education for all, respecting individual singularities and promoting equity in the educational process.

Keywords: Collaborative teaching; Inclusive education; Deaf students; Individualized Educational Plan; Brazilian Sign Language (Libras).

1 INTRODUÇÃO

O trabalho baseado no ensino colaborativo, entre professores de educação especial e da sala de aula comum, faz parte da proposta, apontada como uma das mais relevantes, de alguns países para a inclusão escolar de alunos com deficiência (MENDES; VILARONGA, 2014).

O ensino colaborativo possibilita a troca de conhecimento e experiências entre dois ou mais profissionais da educação, que num trabalho em conjunto podem criar estratégias e ações que sejam eficazes para a construção do conhecimento do aluno com deficiência. Sobre isso, Rabelo (2012) contribui dizendo:

¹ Doutorando em Educação (UNESA). Mestre em Educação Inclusiva (UNIFESSPA). Professor Departamento de Educação UEMA Campus Balsas.

O trabalho colaborativo que envolve diversos profissionais com formações e experiências diferentes pode enriquecer a prática pedagógica, porque se tem a oportunidade de ampliar o olhar sobre as dificuldades enfrentadas e ter mais pessoas responsáveis pelo processo de escolarização dos alunos (2012, p. 52).

É importante ressaltar que “na relação de parceria, trabalho conjunto, responsabilidades e papéis são definidos e distribuídos e rompe-se por completo com qualquer prática de hierarquização na relação entre pares – profissionais da educação” (RABELO, 2012, p. 51).

De acordo com Mendes, Vilaronga e Zerbato (2014) o ensino colaborativo não deve ser imposto, mas adotado, negociado e construído na perspectiva de uma cultura colaborativa. Dessa maneira, é possível compreender que todas as etapas do processo de ensino aprendizagem do aluno deve ser compartilhadas pelos profissionais engajados no trabalho colaborativos, dentre os quais o ato de planejar que está intrinsecamente ligado ao fazer, uma vez que é nessas etapas que se pensa ações, estratégias e estratégias para se atingir as metas individuais e coletivas da turma. Para Vasconcellos (2000), no planejamento colaborativo o desejo é de que as coisas planejadas realmente aconteçam.

Assim, Schneider (2004) explica que o

planejamento nessa perspectiva se constitui uma ferramenta para transformar a realidade existente, em seus princípios básicos, o planejamento colaborativo compreende que: - as instituições existem para agir no mundo, na sociedade e na história; - a função do planejamento é de tornar a

Ação clara, precisa, eficiente, direcionada, transformadora; e o planejar: - não é fazer alguma coisa antes de agir, mas é agir de um determinado modo para se atingir um determinado fim.

Nessa perspectiva, o ato de planejar é flexível e exige um olhar crítico e reflexível dos sujeitos envolvidos frente às relações coletivas e os conteúdos trabalhados. Visando à proposta de ensino colaborativo, Conderman; Bresnahan apontam que: Planejamento com foco no aluno considerando seu processo de aprendizagem no ensino comum. Seguindo de determinação do modelo de ensino a ser construído de acordo a necessidade do aluno.

Organizar distribuição de tarefas e responsabilidades em comum entre o professor de educação especial e o professor da sala regular. Adaptações curriculares: Analisar o currículo convencional e definir em conjunto o objetivo geral da aprendizagem dos alunos para identificar as necessidades de flexibilização e adequação para o aluno PAEE; definir formas de avaliação e acompanhamento do progresso de

aprendizagem dos alunos: De acordo com as autoras Mello e Hostins (2018) Definir estratégias que cada professor utilizará, em um mesmo documento, de modo que todos conheçam o que todos estão fazendo. Cada professor registra as estratégias de aprendizagem e de avaliação que utiliza em sua disciplina durante a ação, que podem ser compartilhadas com os demais. Será essa troca de informações simultâneas, no decorrer do período letivo, que efetivará o acesso ao currículo e a aprendizagem do aluno.

Priorizar as Experiências em sala de aula e procedimentos para organização dela; processo de escolarização deve ser centrado na acessibilidade de recursos didáticos pedagógicos, mobiliários, organização de espaço, troca de informação e comunicação com alunos, pais e administradores;

Elaborar o Plano Educacional Individualizado (PEI), estabelecendo metas e estratégias metodológicas adequadas para os alunos PAEE;

Planejar atividades para toda a turma respeitando as particularidades dos alunos PAEE e elaborar estratégias adequadas para que todos os alunos tenham acesso ao aprendizado;

2. Inclusão escolar de alunos surdos e a importância da contribuição do ensino colaborativo.

A educação como um direito humano vem se consolidando nos documentos legais e nas diretrizes das políticas educacionais no Brasil. Nesta seção, iremos abordar os pressupostos da política de educação inclusiva e os fundamentos teóricos e práticas da educação bilíngue para alunos com deficiência.

No que concerne à educação inclusiva brasileira para surdos salutar se faz ressaltar que ela compreende um processo de grandes lutas e conquistas partindo de uma época em que nem sempre essas pessoas eram consideradas como humanos de direitos. Em nosso país, uma das grandes vitórias nas políticas públicas de inclusão foi a Lei Federal nº 10.436, de 24 de abril de 2002 que garante a LIBRAS como a Língua Oficial dos surdos, apoiando e incentivando assim a cultura surda (BRASIL, 2002).

Dessa forma a Lei de Diretrizes e Bases – LDBEN Nº 9.394/96 que visa contemplar essa realidade ao apresentar que a educação é um direito de todo cidadão, independentemente de suas necessidades, e dever da família e do Estado, sendo promovida e incentivada em colaboração com a sociedade (BRASIL, 1996). Em se tratando disso falar-se de inclusão de pessoas com deficiência é fato notório afirmar que ela já é uma realidade que não deve ser negada no ambiente escolar, necessitando assim da

atenção especial dos profissionais da educação, para que se efetive.

No que tange as ações colaborativas e o planejamento individualizado para a educação de surdos na rede pública de ensino é algo que traz uma breve análise da atuação colaborativa entre os profissionais da educação na elaboração de uma rede de saberes para ensinar o discente com surdez na sala de ensino comum. Neste ponto, apresenta-se as funções do Plano de Ensino Individualizado (PEI) como ajuste educacional e o esboço das estratégias, adaptações e ações para atender as necessidades próprias para aquisição do conhecimento, isso partindo da análise literária e da observação empírica de fenômenos do ambiente escolar que promove a inclusão de um aluno com deficiência.

Assim o interesse em refletir mais profundamente, sobre o processo de aprendizagem de surdos na política de inclusão social e educacional, visando compreender a necessidade do trabalho colaborativo e da elaboração de um Plano de Ensino Individualizado, busca-se a partir da literatura, caracterizar o conceito de surdez; o conceito de trabalho colaborativo; verificar os benefícios da elaboração do Plano de Ensino Individualizado a fim de subsidiar reflexões, contribuindo para uma melhor compreensão sobre as ações colaborativas e criativas entre professores e intérpretes.

Partindo desta premissa a Constituição Federal Capítulo II, seção I, art. 205 (BRASIL, 1988) apresenta que: “A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho”. Ela ressalta ainda que o Estado deve garantir, no artigo 208, inciso III, o “atendimento educacional especializado aos portadores de deficiência, preferencialmente na rede regular de ensino”.

Todavia as práticas tradicionais de educação, em que ainda vigora a transmissão de conhecimento e a culpabilização do aluno pelo não sucesso ou sucesso escolar; a padronização da sociedade em seres normais ou deficientes como sinônimo de capazes ou incapazes reproduzem conceitos que impedem a eficiência da inclusão da pessoa com deficiência, esquecendo-se de favorecer, na sociedade e na escola, ambientes reflexivos sobre a diversidade, a igualdade e o direito à cidadania. Batista e Enumo (2014, p. 45) ressaltam que:

A transformação da sociedade é realizada a partir da conscientização e da formação de valores e ideais que visam à reestruturação social, política e mental de todos, pois o princípio da cidadania igualitária “[...] apregoa que todas as pessoas portadoras de deficiências têm o direito de usufruir de condições de

vida o mais comum ou “normalmente possível, na sociedade que vivem.

Assim, é fato notório a necessidade de preparação profissional de membros que constituem a instituição escolar, principalmente a formação especializada e de qualidade dos docentes, relacionando-as às políticas públicas que forneçam condições de estruturação adequadas em todos os ambientes sociais e educacionais, atendendo a qualquer cidadão independente de suas dificuldades ou diferenças.

Isto posto Vieira e Silva (2017, apud MANTOAN, 2017, p. 06) afirmam que: “o princípio democrático da educação para todos, só evidência nos sistemas educacionais que se especializam em todos os alunos, não apenas em alguns deles, os alunos com deficiências”. De acordo com a afirmação, só existe inclusão devido às exclusões da sociedade, não apenas as pessoas com necessidades especiais, mas também as de classe baixa, as que apresentam dificuldades em aprender os conteúdos escolares e acabam por desistir da escola, além dos grupos considerados “estranhos” pela sociedade, todos são, constantemente, discriminados nos dois ambientes.

Diante do exposto, para que a escola seja inclusiva é necessário estabelecer relações igualitárias na diversidade humana em que é composta a sociedade, nestas ações a colaborativa se faz presente ao passo que

estas diferenças sejam a contribuição de cada um na atuação do processo do ensinar e aprender no ambiente social e educacional, contemplando a todos, independentes de suas diferenças, culturas, dificuldades, raça ou classe social, motivando o desenvolvimento de práticas de ensino e aprendizagem efetiva, visando o pleno desenvolvimento do aprendiz surdo em seu espaço escolar.

Assim, muitos obstáculos têm dificultado o processo de inclusão escolar, um dos quais, com peso significativo, tem sido o despreparo dos professores para atuarem em salas inclusivas numerosas com diversos alunos com necessidades educacionais especiais (BUENO, 1999). Entretanto, para atender aos educandos com necessidades educacionais especiais a LDBEN (BRASIL, 1996), prevê professores com qualificação adequada para atendimento especializado, bem como professores do ensino comum capacitados para atuar com as diferenças na classe comum.

Diante do exposto, Bueno (1999) explica que um ensino de qualidade na perspectiva da educação inclusiva envolve tanto professores do ensino comum - com conhecimento teórico e prático sobre o atendimento à diversidade – quanto aos professores “especialistas”, para atender diretamente a essa população ou para apoiar o trabalho realizado pelos professores de classes comuns.

Partindo do pressuposto que o desafiante contexto escolar, em que os surdos estão inseridos, requer a elaboração de uma rede de saberes que envolva toda a equipe escolar, além da necessidade de formação inicial e contínua dos profissionais da educação, a adaptação das práticas educacionais e metodologias de ensino e avaliação. Diante do exposto Valle et al. (2018, p. 67) ressaltam que: “Pois, são pessoas que em situação de aprendizagem escolar necessitam de adaptações nas condições de ensino, e sem alguém que possa interpretar lhe a aula, sua permanência na escola não terá qualquer significado, já que a pessoa surda não poderá compartilhar os resultados de suas aprendizagens.”

Com base na afirmação acima salutar se faz ressaltar que o professor interlocutor de Libras possui a função de traduzir e interpretar a língua portuguesa para a Língua Brasileira de Sinais, de forma inteligível e significativa para ambos, garantindo a veracidade das informações transmitidas entre discente/professor e vice-versa, assegurando o bom entendimento. Ademais, integrar um professor especializado em Libras em uma sala de ensino comum, auxiliará e facilitará o ensino e aprendizagem, em uma prática de ensino colaborativo que se caracteriza por: “Uma alternativa de trabalho que envolve a cooperação entre o professor de ensino comum e um do ensino especial, os quais

atuam juntos na mesma classe, quando há presença de um ou mais alunos com necessidades educacionais especiais que demandam atenção diferenciada. (MARIN; BRAUN, 2013, p. 53).

Precipuamente, o ensino colaborativo é uma estratégia didática inclusiva, o qual haverá dentro da sala do espaço da sala de aula, outro professor conhecedor da Língua Brasileira de Sinais para acompanhar o aluno com surdez, auxiliando as comunicações e trabalhando em reciprocidade com o professor titular da sala (ou professores), em que ambos adaptarão o elemento do currículo necessário para que o aluno com deficiência aprenda e se desenvolva.

Embora entende-se assim que, a ação colaborativa é uma estratégia de trabalho pedagógico de interação de saberes e busca por resoluções de situações problemas que envolva a aprendizagem e o desenvolvimento dele em relação ao currículo do ano escolar em que esteja matriculado, é também a atuação que envolve o trabalho de todos da equipe escolar, dos que auxiliam esses professores, é a ajuda mútua, é a troca de informações, é a busca de um trabalho mais efetivo e eficaz, é a descoberta de ideias criativas, é o compartilhamento de responsabilidades, é a superação de grandes desafios, já que toda a equipe escolar

participará ativamente das tomadas de decisões e da verdadeira inclusão.

Outrossim cada profissional deve aprender com o outro, ou seja, o professor da sala possui conhecimento específico da área de saber a qual possui formação, enquanto o professor especialista (neste caso, o intérprete) conhece a língua, o histórico e a cultura surda; desta forma um deve apoiar o outro, ambos devem conhecer as expectativas de aprendizagem, os limites, a melhor forma de avaliar um aluno com deficiência, que é pré-determinar suas ações para cada aula.

O professor da educação comum e o educador especial da sala de recursos devem atuar em regime de parceria, com funções previamente definidas, a exemplo, o professor da sala instrui as atividades de Língua Portuguesa e o intérprete interpreta sua fala, faz ligações à forma que o discente aprende, detecta suas lacunas de aprendizagem, esclarece-as, liga os conhecimentos prévios aos novos e ilustra com exemplos.

Em se tratando da direção da escola, que por sua vez, deve preparar seus profissionais para incluir um aluno com deficiência, para superar os medos diante as tensões causadas pelo novo método de ensino, principalmente os professores, já que muitos estão despreparados para participar de um trabalho colaborativo, e sentem-se incomodados e vigiados pelo professor intérprete que assistirá e interpretará todas

suas aulas, causando assim equívocos que servem de entraves na aprendizagem do aluno com deficiência.

Compartilhar saberes acaba se tratando de uma tarefa árdua para aqueles que estão habituados a trabalhar individualmente com sua sala e com suas próprias técnicas. Neste sentido a equipe gestora deve compartilhar com a equipe de docentes e instrutores esses receios, auxiliar no planejamento das aulas, elaborar metas de ensino, instruir, buscar soluções perante a experiência de cada membro, levar a todos maior conhecimento sobre a cultura surda, desenvolverem juntos técnicas de avaliação das habilidades e competências do aluno, buscar ajuda de outros profissionais quando preciso (como psicólogos e fonoaudiólogos) é preciso estratégias colaborativas que visam à formação contínua e permanente dos professores, para que se qualifiquem profissionalmente e ampliem a capacidade de refletir sobre suas práticas, adaptando-se as mudanças necessárias do seu campo educacional.

Outrem é necessário resgatar a participação familiar na vida escolar deste aluno, muitas informações e planejamentos são construídos através da análise do aluno e das suas vivências. É neste sentido que a família de um aluno com deficiências poderá relatar com mais clareza as facilidades, bloqueios e expectativas de aprendizagem que

ele apresenta, comportamentos e atitudes incompreendidas podem ser explicados, e métodos procedimentais podem ser incorporados pelos docentes.

Em suma, o sucesso da educação inclusiva necessita do trabalho colaborativo de todos os funcionários da escola, da relação recíproca com a família e principalmente da colaboração entre professores do ensino comum e do professor intérprete. Para desenvolver a formação contínua desses profissionais é preciso que todos atuem de forma colaborativa para que cada aluno possa alcançar seus objetivos, ou seja uma aprendizagem prazerosa e eficaz de forma a oferecer parâmetros mais claros a serem atingidos.

2.3 Estratégias metodológicas utilizadas no processo de inclusão escolar de alunos com deficiências

Em se tratando da aprendizagem que é um processo pelo qual competências, habilidades, conhecimentos, comportamento ou valores são adquiridos ou modificados, como resultado de estudo, experiência, formação, raciocínio e observação principalmente em relação ao aluno com deficiência, este processo se dá pela forma como este compreende e interage com o mundo por meio de experiências visuais, manifestando sua cultura, principalmente pelo

uso da Língua Brasileira de Sinais (Libras). Diante do exposto, Dante (2019, p. 34) ressalta que:

É a conduta ou ação do professor num conjunto de tarefas educativas na sala de aula regular, intentando a inclusão de alunos com necessidades educacionais especiais, com vistas a promover uma educação que acolha a todos, independentemente das diferenças. A educação passa por transformações com desafios a serem enfrentados pelas escolas.

Nesta perspectiva afirma o autor que estas mudanças, geram impactos que fazem com que a aprendizagem se reorganize para atender à necessidade de desenvolver o ensino do aluno com deficiência, nas distintas realidades, tal como Paiva (2015, p. 78) ressalta que: Os Parâmetros Curriculares Nacionais do Ensino Médio contemplam a necessidade dessa adequação para o desenvolvimento e a promoção de alunos às diferentes realidades, a fim de criar condições para sua inserção em um mundo sempre em mudança. Outrem, é preciso inteirar-se das possibilidades metodológicas que facilitem a relação professores e alunos, a fim de superar os obstáculos da comunicação de conhecimentos em sala de aula frente a esta diversidade. Martinho (2016, p. 23) enfatiza: “O professor precisa estar bem-preparado

para lidar com um leque muito variado e altamente diferenciado de alunos.”

A partir dessas considerações, se ratifica que a metodologia de ensino utilizada é fundamental para superar a diferença de comunicação, na qual o professor precisa conhecer e optar por uma maneira de expressar melhor o conteúdo proposto, como se observa na declaração abaixo: A metodologia de ensino se torna muito importante, uma vez que se está trabalhando com pessoas pertencentes a uma cultura diferente, que pensam e desenvolvem seu conhecimento de forma diferente. Deve-se adequar a metodologia que utilizamos ao público que se pretende atender, no que diz respeito ao aluno com deficiência para que este possa pensar, construir e expressar seu conhecimento satisfatoriamente.

É fato notório, que a base teórica corresponde a abordagens de diversos autores e pesquisadores, acerca das estratégias metodológicas de ensino para motivação, desenvolvimento de conteúdos variados a partir das abordagens pré-estabelecidas mediante planejamento, ainda mais em se tratando do aluno com deficiência.

Ademais, todos têm o direito de estar e de aprender na escola e todos os estudantes têm direito à diferença sempre que houver necessidade de alguma diferenciação para garantir participação e aprendizagem, ou seja, se todos são diferentes entre si, precisa-

se, simultaneamente, diversificar e diferenciar. Desta forma, propor estratégias pedagógicas diversificadas e potencialmente adequadas para trabalhar com um grupo heterogêneo e, ao mesmo passo, propor diferenciações em termos de desafios e apoios, sempre que necessário, para garantir igualdade de oportunidades no processo de escolarização. Ainda se tratando deste aspecto, no que diz respeito efetivar essa pedagogia inclusiva requer não apenas um professor capacitado, mas também tempo de planejamento, recursos materiais e humanos, trabalho colaborativo entre profissionais e entre escola e família e uma cultura escolar inclusiva dentro e fora da sala de aula. De acordo com Martinho (2016, p. 67) o autor ressalta que:

Depende de uma prática que envolva múltiplos atores em uma perspectiva sistêmica, essa realidade pode parecer um tanto distante da realidade das escolas brasileiras, por isso, nessa complexa engrenagem, o que se deve ter em mente é que, a questão é compreender que a mudança não é linear e que o processo de transformação se dá a partir de pequenas ações, que ocorrem simultaneamente e desencadeiam mudanças nas práticas, na organização dos sistemas de ensino e na cultura educacional.

Isso posto, em última instância, depende do compromisso ético de cada

profissional, de cada família, de cada escola ou rede de ensino, com uma educação de qualidade para todos. Ser professor de alunos com deficiências significa acima de tudo considerar suas singularidades de apreensão e construção de sentidos quando comparados aos alunos ouvintes. Discute-se muito que a sala de aula deve ser um lugar que permita que o aluno estabeleça relações com aquilo que é vivido fora dela, e deste modo interessa contextualizar socialmente os conteúdos a serem trabalhados, apoiando-os quando possível em filmes, textos de literatura, manchetes de jornais, programas televisivos de modo a tornar a aprendizagem mais significativa.

É fato que as estratégias auxiliam os alunos ouvintes a uma melhor compreensão dos temas trabalhados, para alunos surdos elas são ainda mais imprescindíveis, uma vez que eles, em geral, tiveram poucos interlocutores em sua língua e, consequentemente, poucas oportunidades de trocas e de debates além de não terem acesso completo aos conteúdos de filmes, programas de televisão e outras mídias que privilegiam a oralidade (e nem sempre contam com legenda), ou possuem textos complexos de difícil acesso a alunos com deficiências com dificuldades no letramento em língua portuguesa.

Deste modo, é frequente que estes alunos cheguem ao espaço escolar com

conhecimentos de mundo reduzidos quando comparados com aqueles apresentados pelos alunos que ouvem, já que estes podem construir conceitos a partir das informações trazidas pela mídia, por exemplo.

Assim, este capítulo procura discutir alguns princípios e estratégias que possam favorecer a preparação de aulas que facilitem o acesso dos alunos com deficiência aos conteúdos de sala de aula. Além disso, na perspectiva da educação inclusiva de alunos com deficiência, o professor precisará ser parceiro do intérprete de Libras para que se ampliem as possibilidades de construção de conhecimentos desses alunos, e é sobre estes aspectos que pretendemos tratar neste capítulo.

Uma imagem suscita o leitor a reflexões de situações, da sociedade, que, ao mesmo tempo em que são captadas neste meio, são também reflexos dela, revelando elementos de exclusão social, consumismo, abandono, felicidade, entre outros da nossa sociedade. As imagens são documentos sociais bastante explorados pela mídia televisiva e jornalística, visto que as imagens impactam colaborando para a construção de julgamentos capazes de reconfigurar a opinião pública e os conceitos dos sujeitos. É nessa direção que as possibilidades de leitura de imagens poderiam ser mais bem exploradas pela escola, na busca da construção de sentidos.

Em princípio, um elemento imagético (uma maquete, um desenho, um mapa, um gráfico, uma fotografia, um vídeo, um pequeno trecho de filme) poderia ser um material útil à apresentação de um tema ou conteúdo pelos professores de ciências, física, química, biologia, história, geografia, matemática, inglês, entre outros. Um elemento visual que provocasse debate, que trouxesse à tona conceitos, opiniões e que pudesse ser aprofundado na direção dos objetivos pretendidos pelo professor. A escola, em geral, está presa ao texto didático como caminho único para a apresentação de conceitos, e este caminho tem se mostrado pouco produtivo quando se pensa na presença de alunos com deficiências em sala de aula. Um segmento de filme, por exemplo, sobre o transporte de escravos africanos para o Brasil pelos portugueses, pode favorecer a compreensão de uma série de elementos sociais, da natureza, políticos, econômicos entre outros (vestuário, tipo de embarcação, condições de higiene, alimentação, relações sociais, maus tratos, clima etc.), criando condições para uma discussão ampla e para a aprendizagem.

A priori, o trabalho do intérprete de Libras será muito mais efetivo quando a informação visual é acessível, pois com e sobre ela o aluno com deficiência poderá construir conceitos e os colocar em tensão em relação àquilo que é apresentado pelo

professor, dando oportunidades para uma aprendizagem mais reflexiva e efetiva. Ainda dentro da perspectiva de recursos de uma Pedagogia Visual, trazemos para a discussão o uso de mapas conceituais. A teoria sobre mapas conceituais foi desenvolvida por Joseph Novak (NOVAK, 1977), nos anos de 1970 (TAVARES, 2007), e define que:

O mapa conceitual como uma ferramenta para organizar e representar conhecimento, ou seja, configura-se como uma representação gráfica em duas dimensões de um conjunto de conceitos construídos de tal forma que as relações entre eles sejam evidentes.

Assim, no mapa conceitual, os conceitos aparecem dentro de caixas (quadrados, círculos, retângulos, entre outros), enquanto as relações entre os conceitos são especificadas por meio de frases de ligação nos arcos (setas, flechas, linhas) que unem os conceitos. Desse modo, tal abordagem auxiliará o professor no ensino aprendizagem do aluno com deficiência e facilitará assim aquisição do conhecimento.

3- Metodologia

O presente estudo caracteriza-se como uma pesquisa de abordagem qualitativa, de natureza bibliográfica e documental, com caráter descritivo-analítico. A pesquisa qualitativa permite compreender fenômenos educacionais em sua complexidade,

considerando os aspectos sociais, históricos e culturais que permeiam o contexto da inclusão escolar (MINAYO, 2001).

Quanto aos procedimentos técnicos, trata-se de uma pesquisa bibliográfica, desenvolvida a partir da análise de livros, artigos científicos e produções acadêmicas que discutem o ensino colaborativo, a educação inclusiva e a escolarização de alunos Público-Alvo da Educação Especial (PAEE). Segundo Gil (2008), a pesquisa bibliográfica é elaborada com base em material já publicado, possibilitando ao pesquisador aprofundar-se no debate teórico existente sobre determinado tema. Nesse sentido, foram analisadas contribuições de autores como Mendes, Vilaronga e Zerbato (2014), que discutem o ensino colaborativo como estratégia de inclusão; Rabelo (2012), ao abordar a importância da parceria entre profissionais; Mantoan (2017), ao problematizar os fundamentos da inclusão escolar; e Bueno (1999), ao tratar da formação docente na perspectiva inclusiva.

Além da pesquisa bibliográfica, o estudo também se fundamenta em pesquisa documental, a partir da análise de dispositivos legais que regulamentam a política de educação inclusiva no Brasil. Conforme Lakatos e Marconi (2010), a pesquisa documental baseia-se em documentos primários, que ainda não receberam tratamento analítico, permitindo ao

pesquisador extrair informações relevantes para a compreensão do objeto estudado. Foram analisados documentos como a Constituição Federal de 1988 (BRASIL, 1988), que assegura a educação como direito de todos; a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDBEN nº 9.394/96 (BRASIL, 1996), que prevê o atendimento educacional especializado preferencialmente na rede regular de ensino; e a Lei nº 10.436/2002 (BRASIL, 2002), que reconhece a Língua Brasileira de Sinais (Libras) como meio legal de comunicação e expressão.

O estudo também considera observações empíricas realizadas no contexto escolar inclusivo, especialmente no que se refere à atuação colaborativa entre o professor da sala comum e o intérprete de Libras, na elaboração do Plano Educacional Individualizado (PEI) e na adaptação de estratégias metodológicas. A análise foi conduzida à luz da técnica de interpretação temática, buscando identificar categorias relacionadas à colaboração docente, acessibilidade curricular e estratégias pedagógicas inclusivas, dialogando com os referenciais teóricos selecionados.

Assim, a articulação entre pesquisa bibliográfica, análise documental e reflexão empírica possibilitou compreender o ensino colaborativo como uma estratégia pedagógica essencial para promover a acessibilidade, a participação e a aprendizagem significativa

dos alunos com deficiência, especialmente os estudantes surdos, no contexto da educação inclusiva.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise desenvolvida evidencia que o ensino colaborativo se configura como uma estratégia indispensável para a efetivação da inclusão escolar de alunos com deficiência, especialmente no que se refere aos estudantes surdos. A atuação conjunta entre professores do ensino comum e profissionais da educação especial amplia as possibilidades pedagógicas, favorece o acesso ao currículo e fortalece a construção de uma cultura escolar inclusiva.

O Planejamento Educacional Individualizado (PEI) revela-se como instrumento essencial para organizar metas, estratégias e adaptações necessárias, garantindo que o processo de ensino-aprendizagem respeite as singularidades de cada estudante. Além disso, o uso de metodologias diversificadas, recursos visuais e práticas pedagógicas contextualizadas contribui significativamente para a aprendizagem significativa.

Entretanto, a inclusão efetiva ainda enfrenta desafios, como o despreparo docente, a resistência a práticas colaborativas e a insuficiência de recursos estruturais. Superar esses obstáculos exige investimento

em formação continuada, fortalecimento da gestão escolar e participação ativa da família.

Conclui-se que a educação inclusiva não depende apenas de dispositivos legais, mas do compromisso coletivo dos profissionais da educação e da construção de práticas colaborativas que promovam, de fato, o direito de aprender de todos os alunos.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Brasília, DF: Senado Federal, 1988.

BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, 23 dez. 1996.

BRASIL. Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002. Dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais – Libras. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, 25 abr. 2002.

BUENO, José Geraldo Silveira. Educação especial brasileira: integração/segregação do aluno diferente. São Paulo: EDUC, 1999.

GIL, Antonio Carlos. Métodos e técnicas de pesquisa social. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. Fundamentos de metodologia científica. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

MANTOAN, Maria Teresa Eglér. Inclusão escolar: o que é? por quê? como fazer? São Paulo: Summus, 2017.

MENDES, Enicéia Gonçalves; VILARONGA, Carla Aparecida; ZERBATO, Ana Paula. Ensino colaborativo como estratégia de inclusão escolar. São Carlos: EduFSCar, 2014.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. Pesquisa social: teoria, método e criatividade. 18. ed. Petrópolis: Vozes, 2001.

RABELO, Lucélia Cardoso. Trabalho colaborativo na escola inclusiva. Curitiba: Appris, 2012.

VASCONCELLOS, Celso dos Santos. Planejamento: projeto de ensino-aprendizagem e projeto político-pedagógico. São Paulo: Libertad, 2000